

# O regresso da 'nova geração' de **emigrantes portugueses** e a sua relação com a **igualdade do género** e o **desenvolvimento do turismo** em Portugal

ROSSANA ANDREIA NEVES DOS SANTOS \* [rossanasantos@ua.pt]

CARLOS COSTA \*\* [ccosta@ua.pt]

**Resumo** | Este artigo pretende demonstrar que o regresso da 'nova geração' de emigrantes portugueses pode contribuir para a igualdade do género no setor do turismo, nos seus locais de origem, em Portugal. Os resultados obtidos num estudo realizado em Portugal, através da aplicação de um inquérito por questionário a 5.157 emigrantes portugueses, corroboram esse argumento. Concluiu-se que a repartição desigual das tarefas domésticas na residência do país de acolhimento é desejada pelos emigrantes do sexo feminino, sobretudo porque têm mais disponibilidade e habilidade/empatia por este tipo de tarefas. A sua instalação com carácter definitivo na residência construída de raiz em Portugal e a maior dimensão das suas áreas irão contribuir para que assumam o lugar social que desejam no interior da habitação e, conseqüentemente, no emprego e na sociedade em geral. Na sua perspetiva, a exploração turística dessa residência contribuirá também para aumentarem o seu rendimento no local de trabalho e remunerarem o trabalho doméstico.

**Palavras-chave** | Emigrantes portugueses, Igualdade de género, Desenvolvimento do turismo.

**Abstract** | This article intends to demonstrate that the return of the 'new generation' of Portuguese emigrants can contribute to gender equality in the tourism sector in their places of origin, in Portugal. The results obtained by a study in Portugal, through the application of a survey to 5.157 Portuguese emigrants, corroborate this argument. It was concluded that the unequal distribution of household chores at the residence of the host country is desired by female emigrants, especially because they have higher availability and more skill/empathy by this type of tasks. Their installation at the residence built from scratch in Portugal and the largest dimension of its areas will contribute to assume the social place they wish at home and, consequently, in their job and in society in general. In their perspective, the residence's tourism activity will also increase their income in workplace and lead to domestic work remuneration.

**Keywords** | Portuguese emigrants, Gender equality, Development of tourism.

---

\* **Doutora em Turismo** pela Universidade de Aveiro.

\*\* **Doutor em Turismo** pela Universidade de Surrey, Reino Unido. **Professor Catedrático** da Universidade de Aveiro, e **Investigador** da GOVCOPP.

## 1. O turismo como um setor estratégico para o desenvolvimento económico das áreas rurais em Portugal

Nesta secção pretende-se argumentar que, em Portugal, o turismo é um setor com potencial para impulsionar a economia das áreas mais carenciadas. No período que se seguiu após a II Guerra Mundial, a contribuição do setor agrícola para o Produto Nacional Bruto (PNB) e para a criação de emprego tem vindo a diminuir. Como resultado, “as estratégias de promoção do desenvolvimento rural passaram a estar concentradas na concessão de subsídios setoriais e no recrutamento de atividades industriais sendo, no entanto, limitativas” (Diniz, 1999, pp. 100-101). O estudo de Meller e Marfán (1981) sobre o impacto da pequena e da grande indústria na criação de emprego num país em vias de desenvolvimento demonstra, precisamente, que apesar da pequena indústria assumir um papel importante na criação de emprego direto, os efeitos indiretos e multiplicadores do emprego criados pela grande indústria são visivelmente maiores.

No entanto, tem havido algum descontentamento em regiões predominantemente rurais, face ao estabelecimento de grandes empresas industriais que canalizam os seus *outputs* quase exclusivamente para o exterior, pouco ou nada se preocupando com os recursos e os consumos das regiões onde se instalam (Cepeda, 1988). Por outro lado, embora o setor da construção, outra atividade económica do setor secundário, estimule a criação de emprego, através do aparecimento de algumas indústrias locais, King (1986) refere que os empregos criados são maioritariamente temporários, uma vez que a sua continuidade depende do fluxo regular de emigrantes regressados às áreas de origem. Já no que se refere à década de 80 do século XX, o aumento do emprego nas áreas rurais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) deveu-se maioritariamente ao crescimento registado no

setor dos serviços (Bryden & Bollman, 2000). Neste sentido, o aumento do emprego no setor terciário tem-se revelado a variável chave na explicação da imigração ou da pouca emigração (ver King & Strachan 1980a, 1980b, citados por King, 1984). Assim, nas palavras de Kay, Pratt e Warner (2007), o desenvolvimento económico deverá direcionar-se para os serviços locais e reconhecer as suas ligações a montante e a jusante, a fim de se poder contabilizar empiricamente a totalidade do seu papel no crescimento económico.

Contudo, nem todas as atividades do setor terciário evidenciam a mesma capacidade de gerar emprego. Por exemplo, embora na década de 80 os serviços públicos, enquanto atividade económica do setor terciário, tenham sido empregadores significativos em muitas áreas rurais, na década de 90 a sua importância foi sendo cada vez menor (ver Bryden & Bollman, 2000). Do mesmo modo, verifica-se que as atividades que incluem o pequeno comércio também não têm um impacto significativo na geração de emprego (Gonçalves 2003, citado por Gonçalves, 2007). Em alternativa, o papel do emprego no setor do turismo tem tido uma contribuição importante no crescimento da economia nacional, bem como na transformação de algumas economias regionais. O turismo revela-se como um setor capaz de criar mais emprego e rendimento, comparativamente com outros setores da economia, bem como de gerar e manter emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas.

Os vários estudos realizados em países em vias de desenvolvimento e em áreas rurais, que evidenciam o efeito multiplicador das despesas turísticas e a sua ligação a praticamente todas as outras indústrias da economia, constituem um exemplo disso (e.g. Fleischer & Felsenstein, 2000; Lipman 1997, citado por Hughes & Shields, 2007; Vanegas & Croes, 2003). Não obstante, o facto da magnitude do multiplicador das despesas turísticas depender de uma série de fatores internos, inerentes aos próprios

países e regiões, contribui igualmente para explicar os efeitos modestos do turismo no desenvolvimento local em algumas áreas rurais. Contudo, nem todas as localidades rurais que carecem de oportunidades de emprego e de rendimento são candidatas para promover o turismo como uma estratégia para o desenvolvimento local (Fleischer & Felsenstein, 2000). Para tal, é necessário que os espaços rurais tenham recursos de qualidade e saibam rentabilizá-los.

## 2. Os aspetos positivos decorrentes da sazonalidade do turismo

Na secção 1 observou-se que o turismo pode atuar como impulsionador nas etapas iniciais do desenvolvimento económico das áreas rurais. No entanto, a sazonalidade do setor tem sido criticada no âmbito académico. O problema da sazonalidade e do desemprego não afeta apenas a indústria turística, mas também todos os diferentes setores da economia e, nesse sentido, a procura de soluções deverá considerar uma perspetiva global para que os resultados se dispersem pelas várias indústrias e se alcancem elevados níveis de sinergia (ver por exemplo Baum & Hagen, 1999; Clark & Chabrel, 2007).

Segundo Murphy (1996), a flexibilidade laboral é considerada como parte da solução para os problemas de emprego, económicos e até sociais na Europa. No entanto, segundo os dados do Eurostat (2009), verifica-se que os países do Sul da Europa situam-se entre os que registam as taxas mais baixas de pessoas a trabalhar em regime *part-time*. Os contratos de flexibilidade laboral podem servir uma série de objetivos organizacionais e promover resultados sociais pela redistribuição do emprego entre os empregados e desempregados e adoção de vidas familiares mais saudáveis. A flexibilidade das tarefas é também considerada uma das maiores vantagens das pequenas empresas, permitindo-lhes

sobreviver e enfrentar a competitividade de grandes empresas (McNall, 2010; Murphy, 1996).

Contudo, a flexibilidade laboral não deve afetar negativamente o rendimento, a progressão na carreira, a disponibilidade de horário ou o acesso à qualidade no trabalho para aqueles que o assumem. Segundo Lewis e Plomien (2009) a segurança da flexibilidade laboral procura manter o estatuto de trabalhador remunerado e de segurança no rendimento sob a forma de salários. Embora alguns tipos de flexibilidade possam introduzir insegurança nas carreiras individuais de mercado de trabalho, o estudo de Lai, Soltani e Baum (2008) revela não ser este o caso do setor hoteleiro, uma vez que a flexibilidade laboral pode desempenhar um papel relevante na harmonização das necessidades dos funcionários. A dificuldade em encontrar empregos permanentes, a liberdade e flexibilidade que permitem a satisfação de outros compromissos, a possibilidade de trabalhar fora do tempo estipulado e a variedade de experiências de trabalho são as principais razões, por ordem decrescente de importância, apontadas pelos mesmos (Lai et al., 2008).

Segundo os vários estudos realizados verifica-se que são os trabalhadores do sexo feminino os mais ligados aos horários de trabalho flexíveis, por razões de equilíbrio entre o trabalho e a família, não obstante haver igualmente evidência empírica que revela o predomínio do sexo masculino (e.g. Cooke, 2007, citado por Zeytinoglu, Cooke & Mann, 2009). Para além disso, tendem a ter horários de trabalho flexíveis: os trabalhadores mais jovens; pessoas com educação pós-secundária; pessoas com autonomia e poder para controlar os horários de trabalho; e pessoas com ocupações de gestão. Por último, destaca-se ainda que, em termos gerais, os horários de trabalho flexíveis predominam no setor dos serviços, enquanto o setor da manufatura tem horários de trabalho mais estruturados, semanas de trabalho mais longas e menos espaço para a flexibilidade devido a razões empresariais (Zeytinoglu et al., 2009).

### 3. A importância do regresso da 'nova geração' de emigrantes portugueses para a promoção da igualdade de género nos seus locais de origem

Na secção 2 foi argumentado que os trabalhadores do sexo feminino estão geralmente mais ligados ao regime de flexibilidade laboral, comparativamente com os trabalhadores do género masculino, por razões de equilíbrio entre a vida profissional e familiar. Lewis e Plomien (2009) referem que este segmento de trabalho regista maior flexibilidade nos regimes laborais pelo facto de uma elevada proporção trabalhar em regime *part-time*. No entanto, embora a flexibilidade laboral pressuponha que a participação no mercado laboral resulta na segurança salarial das mulheres (em particular), isso não se tem vindo a verificar pela qualidade dos empregos e reduzidos níveis de empregabilidade que apresentam (Lewis & Plomien, 2009). Segundo os dados mais recentes do Eurostat (2009) verifica-se que, à exceção de Malta e Chipre, nos países do sul da Europa as mulheres registam as mais elevadas taxas de desemprego, mesmo as que (excetuando-se apenas o caso do Chipre) têm formação superior. Segundo a mesma fonte, verifica-se também que os seus salários mensais situam-se entre os mais baixos comparativamente com os países da Europa ocidental. Este cenário é igualmente visível nas áreas rurais em Portugal (INE, 2011).

De acordo com Murphy (1996), uma das questões chave do novo regime laboral será como conseguir uma distribuição mais equitativa entre o homem e a mulher. Assim, será necessário repensar o próprio conceito de trabalho para incluir o trabalho informal de tomar conta de outrem e as tarefas domésticas que as mulheres, quase exclusivamente, assumem, mesmo nos agregados familiares com dois salários (Murphy, 1996). Neste contexto, tem-se vindo a constatar que o local da residência é cada vez menos encarado como um local de abrigo, mas antes um local de trabalho adicional (ver Emslie & Hunt, 2009). Segundo Nordhaus e Tobin (1972,

citados por Chadeau, 1992), a produção de serviços que não fazem parte do mercado, pelos membros do agregado familiar, contribui para o bem-estar económico e não é apropriadamente medido pelo Produto Nacional Bruto convencional. Neste âmbito, a contribuição económica da mulher para a produção é amplamente subestimada pelas estatísticas convencionais, uma vez que desempenha a maior parte do trabalho doméstico (Walker & Gauger, 1973, citados por Chadeau, 1992). Face a este cenário, o turismo apresenta-se como alternativa para a melhoria da inserção profissional da mão-de-obra feminina. Isto porque tem criado novas oportunidades para as mulheres, particularmente nos países em vias de desenvolvimento e em áreas rurais.

No entanto, numerosos estudos sobre o turismo concluem que os homens e as mulheres não beneficiam de igual modo do desenvolvimento do turismo nas suas comunidades (ver por exemplo Costa, Carvalho, Caçador & Breda, 2013a; Harvey et al., 1995, citados por Scott, 1997, pp. 60-90). Nos países da Europa ocidental e da América do Norte, o turismo, e em particular o setor hoteleiro, é geralmente considerado como uma indústria 'feminizada' (OCDE, 1988, citado por Scott, 1997, pp. 60-90). Inversamente, em muitos países em desenvolvimento, os homens tendem a predominar em larga escala, sobretudo que porque o turismo é a principal atividade económica da região (Bryden, 1973, Boissevain & Inglott, 1979 e Smaoui, 1979, citados por Scott, 1997, pp. 60-90).

O envolvimento de pequenas empresas no setor do turismo, em contraste com o desenvolvimento do turismo em larga escala, é muitas vezes considerado como tendo o potencial para emancipar as mulheres. O trabalho que a mulher desempenha na empresa familiar, que é a sua residência, encaixa frequentemente numa divisão pré-existente do género que lhe permite ter o controlo do negócio considerado como uma extensão dos seus deveres domésticos (Bouquet, 1982, Hermans, 1983, Kousis, 1989, Garcia-Ramon et al., 1995, citados por Scott, 1997, pp. 60-90). Neste contexto, contrariamente ao que é

esperado, Scott (1997) demonstra que as mulheres desempenham um papel marginal nas pequenas empresas familiares, sendo ainda mais bem remuneradas nas grandes empresas, com estruturas mais formais e burocráticas. O estudo de Long e Kindon (1997) revela igualmente que não tem havido uma grande mudança nas relações do género devido às tradições e ideologia política existentes no Bali.

Outros estudos demonstram que maiores níveis de formação académica na área do turismo influenciam positivamente a igualdade de género (Costa, Carvalho, Caçador, Breda & Costa, 2013b; Costa, Costa, Breda, Caçador, Carvalho & Vieira, 2013c). Contudo, Purcell (1997) refere que o acesso da mulher ao mercado de trabalho e as suas condições de trabalho são, em grande medida, determinados pelos seus empregadores e gestores masculinos. Segundo o seu estudo, no âmbito da carreira dos estudantes masculinos e femininos que completaram cursos de gestão hoteleira e de restauração no Reino Unido, as mulheres não conseguem melhorar as suas posições nos setores de alojamento e *catering* através de um maior nível de educação e formação. Do mesmo modo, Chant (1996) argumenta que embora sejam necessárias bastantes mudanças institucionais e sociais, a família é um ponto de partida útil para quaisquer mudanças significativas no estatuto da mulher. Ao reconhecer isto, Chant (1996, pp. 120-179) argumenta ainda que “os esforços para aumentar o apoio da mulher no emprego do turismo internacional não deveriam apenas abordar questões como o seu estatuto, rendimento e exploração no local de trabalho, mas também apoiar iniciativas que procurem melhorar a posição da mulher no contexto da sua residência e da sociedade em geral”.

O estudo de Leite (1998) permite verificar que o modelo familiar da ‘nova geração’ de emigrantes portugueses se caracteriza por uma crescente autonomia dos seus membros e pela diminuição progressiva da marcação na divisão do género do trabalho. Não obstante, existem algumas exceções que contribuem, nesses casos, para gerar situações conjugais conflituosas (Leite, 1998). Quanto ao modo como

os homens e as mulheres se apropriam do espaço interior da habitação, a instalação com carácter mais definitivo leva as mulheres a um outro tipo de tratamento do espaço doméstico, mais próximo do lugar social que reivindicam e desejam assumir (Leite, 1998). Embora o mesmo carácter definitivo da residência possa também ser visível noutro tipo de recursos residenciais, o espaço doméstico disponível também condiciona a divisão do género das tarefas. Neste âmbito, Leite (1998) refere que o aumento das áreas de habitação parece estimular a criação de micro espaços domésticos onde homens e mulheres vivem a liberdade possível de um espaço próprio e autónomo.

#### 4. Metodologia

Ao se reconhecer (i) a importância do setor do turismo para o desenvolvimento económico; (ii) que os homens e as mulheres não beneficiam de igual modo do desenvolvimento desse setor nas suas comunidades; e (iii) que o regresso da ‘nova geração’ de emigrantes portugueses pode contribuir para a igualdade do género no setor do turismo nos seus locais de origem, pretendeu-se testar as seguintes hipóteses de investigação:

- H1. As condições objetivas, dispondo de bastante espaço disponível, da residência construída de raiz em Portugal pelos emigrantes portugueses contribuem para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral;
- H2. O regresso e fixação da ‘nova geração’ de emigrantes a Portugal contribuem para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral;
- H3. A exploração turística das suas residências em Portugal pode contribuir para remunerar o trabalho não pago, sobretudo o trabalho domés-

tico quase sempre conduzido pelas mulheres, e combinar as atividades reprodutivas com as produtivas, aumentando assim o seu rendimento, estatuto e direitos no local de trabalho, bem como melhorando a sua posição no interior da residência e na sociedade em geral.

Este estudo fez parte de um estudo mais amplo que permitiu avaliar o contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais em Portugal (Santos, 2013). O processo de recolha dos dados iniciou-se a 1 de julho de 2011 e terminou a 31 de outubro do mesmo ano, totalizando 5.157 questionários preenchidos válidos. Não sendo conhecida a dimensão da população de emigrantes portugueses, os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário a emigrantes diretos. Uma das formas de administração do inquérito foi o envio pelo correio, tendo sido remetidos 4.000 questionários para as residências de emigrantes portugueses em vários países. Dos 4.000 questionários remetidos, 54 foram devolvidos, obtendo-se uma taxa de resposta de 9,32%. Para a obtenção das respetivas moradas das residências destes emigrantes no estrangeiro assumiu-se que um número muito significativo de emigrantes comprava o jornal da sua região de origem. A identificação dos concelhos com maior número de residências pertencentes a emigrantes portugueses permitiu, por sua vez, identificar também as publicações associadas a cada um desses concelhos.

Durante o mesmo período de tempo, a aplicação do questionário fez-se igualmente pela Internet e pela rede social *Facebook*, tendo sido reunidos 4.800 questionários válidos. Até 31 de julho de 2011, a aplicação do questionário decorreu também na imprensa digital e em portais eletrónicos dirigidos às comunidades portuguesas no estrangeiro, bem como através envio de *emails* para associações de emigrantes e entidades oficiais diretamente ligadas à emigração. Para além de se ter dado continuidade à aplicação do questionário na Internet, durante o

mês seguinte procedeu-se também à sua divulgação na rede social *Facebook*, através dos administradores de páginas oficiais de cantores de música popular portuguesa.

Nos dois últimos meses, a estratégia de administração do questionário estendeu-se ainda à criação e manutenção de uma página na rede social *Facebook* dedicada ao próprio estudo<sup>1</sup>. Com o objetivo de informar os emigrantes portugueses sobre as formas de participação no estudo, a página foi divulgada em diversos grupos de emigrantes portugueses e em perfis relacionados com o tema Portugal (e outros selecionados pelo maior número de fãs). Adicionalmente, a página foi divulgada, várias vezes ao dia, na rádio e televisão portuguesa, através dos canais da Rádio Internacional e África, bem como no canal da RTP Internacional (RTPI).

## 5. A exploração turística das residências dos emigrantes portugueses e a igualdade do género em Portugal

Os resultados do estudo descrito na secção 3 permitiram verificar, em primeiro lugar, que do total dos emigrantes do sexo feminino, 30,7% afirmam ter residência construída de raiz em Portugal. Os dados obtidos com a correlação de Pearson permitem constatar que o facto dos emigrantes do sexo feminino viverem com companheiro/a ou cônjuge ( $r=0,399$ ), o facto de um dos membros do casal realizar mais de 60% das tarefas domésticas ( $r=0,372$ ), a maior percentagem das tarefas domésticas ser realizada pelas próprias, companheiro/a ou cônjuge (ou outra pessoa) ( $r=0,335$ ) e a distribuição das tarefas não ser equitativa ( $r=0,173$ ), influenciam positivamente que tenham residência construída de raiz em Portugal. Neste âmbito, verifica-se que a maioria dos emigrantes do sexo feminino com residência construída de raiz em Portugal afirma

<sup>1</sup> <http://www.facebook.com/emigrantesportugueses>.

que são as próprias a realizar mais de 60% das tarefas domésticas (24,9%), sobretudo porque têm mais disponibilidade (17,2%) e jeito/gosto (5%) (Quadros 1 e 2).

Os dados obtidos com a correlação de Pearson permitem constatar que o facto de os emigrantes do sexo feminino viverem com companheiro/a ou cônjuge ( $r=0,311$ ), um dos membros do casal realizar mais de 60% das tarefas domésticas ( $r=0,306$ ), a maior percentagem das tarefas domésticas ser realizada pelas próprias, companheiro/a ou cônjuge (ou outra

pessoa) ( $r=0,367$ ) e a distribuição das tarefas não ser equitativa ( $r=0,227$ ) influenciam positivamente o desejo de habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso definitivo. A análise do cruzamento das variáveis permite acrescentar ainda que a maioria dos emigrantes do sexo feminino que desejaria habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso, afirma que são as próprias a realizar mais de 60% das tarefas domésticas, sobretudo, por terem mais disponibilidade (38,1%) e jeito/gosto (11,2%) (Quadros 3 e 4).

**Quadro 1** | Propriedade de residência construída de raiz em Portugal vs. pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas

%		P41. A maior percentagem das tarefas é realizada				Total
		Por si	Pelo(a) seu companheiro(a)/Cônjuge	Por outra pessoa	NS/NR	
P35. Tem residência construída de raiz em Portugal?	Sim	24,9%	3,0%	0,7%	1,5%	30,2%
	Não	61,8%	3,0%	0,7%	1,0%	66,6%
	NS/NR	1,7%	—	0,2%	1,2%	3,2%
	Total	88,5%	6,0%	1,7%	3,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: NS/NR - Não sabe/não responde.

**Quadro 2** | Propriedade de residência construída de raiz em Portugal vs. motivos para um dos membros do casal realizar 60% ou mais das tarefas

%		P42. Se um dos membros do casal realiza 60% das tarefas ou mais, porque razão a distribuição das tarefas não é equitativa?						Total	
		1	2	3	4	5	6		NS/NR
P35. Tem residência construída de raiz em Portugal?	Sim	17,2%	5,0%	1,7%	1,5%	0,7%	1,0%	3,0%	30,2%
	Não	38,7%	13,7%	5,2%	3,0%	2,5%	1,2%	2,2%	66,6%
	NS/NR	1,2%	0,5%	—	—	0,2%	—	1,2%	3,2%
	Total	57,1%	19,2%	7,0%	4,5%	3,5%	2,2%	6,5%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: (1) Um de nós tem mais disponibilidade; (2) Um de nós tem mais jeito/gosto; (3) Um de nós não quer fazer mais; (4) É a divisão que sempre existiu; (5) Tentar alterar implica conflitos desnecessários; (6) Outra razão; NS/NR - Não sabe/não responde.

**Quadro 3** | Habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs. pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas

%		P41. A maior percentagem das tarefas é realizada				Total
		Por si	Pelo(a) seu companheiro(a)/Cônjuge	Por outra pessoa	NS/NR	
P36. Se decidisse regressar definitivamente a Portugal, habitaria a residência que foi construída de raiz?	Sim	59,0%	3,7%	0,7%	3,0%	66,4%
	Talvez	11,9%	1,5%	0,7%	—	14,2%
	Não	3,7%	3,7%	0,7%	—	8,2%
	NS/NR	5,2%	—	0,7%	5,2%	11,2%
	Total	79,9%	9,0%	3,0%	8,2%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: NS/NR - Não sabe/não responde.

**Quadro 4 | Habitar a residência construída de raiz em caso de regresso a Portugal vs. motivos para habitar a residência construída de raiz em caso de regresso a Portugal**

%		P42. Se um dos membros do casal realiza 60% das tarefas ou mais, porque razão a distribuição das tarefas não é equitativa?							Total
		1	2	3	4	5	6	NS/NR	
P36. Se decidisse regressar definitivamente a Portugal, habitaria a residência que foi construída de raiz?	Sim	38,1%	11,2%	4,5%	3,0%	2,2%	2,2%	5,2%	66,4%
	Talvez	7,5%	3,0%	0,7%	0,7%	–	0,7%	1,5%	14,2%
	Não	6,0%	0,7%	–	0,7%	–	–	0,7%	8,2%
	NS/NR	3,7%	1,5%	–	–	0,7%	–	5,2%	11,2%
	Total	55,2%	16,4%	5,2%	4,6%	3,0%	3,0%	12,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: (1) Um de nós tem mais disponibilidade; (2) Um de nós tem mais jeito/gosto; (3) Um de nós não quer fazer mais; (4) É a divisão que sempre existiu; (5) Tentar alterar implica conflitos desnecessários; (6) Outra razão; NS/NR – Não sabe/não responde.

Relativamente à relação de um conjunto de motivos para os emigrantes portugueses do sexo feminino pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal com o seu desejo de habitar essa residência, em caso de regresso, os dados obtidos com o teste de correlação de Pearson não permitem retirar qualquer conclusão. Contudo, a análise do cruzamento destas variáveis permite observar que a maioria dos emigrantes do sexo feminino que desejaria habitar a residência construída de raiz em Portugal apresenta como motivo principal para a pretender habitar num eventual regresso: o facto de aí poderem viver definitivamente (93,9%), o facto de ter uma área de habitação bastante grande (77,6%), e o facto de no seu interior terem o seu próprio espaço (77,6%) (Quadro 5).

Ao considerar a perspetiva dos emigrantes do sexo feminino que vivem com o seu companheiro/a

cônjuge no país de acolhimento, verifica-se que os motivos mais mencionados para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal, caso decidissem regressar definitivamente, são: 'outro motivo' (70,3%), 'na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica' (69%) e 'a residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente' (68,7%) (Quadro 6). Os outros motivos mais mencionados pelos emigrantes do sexo feminino são essencialmente a ligação afetiva à casa e os aspetos económico e profissional (Quadro 6).

Relativamente à perspetiva dos emigrantes do sexo feminino em que na maioria dos casos um dos membros do casal realiza mais de 60% das tarefas domésticas, os motivos mais mencionados para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal caso decidissem regressar

**Quadro 5 | Motivos para habitar a residência construída de raiz em Portugal vs. desejo de habitar a residência construída de raiz em Portugal em caso de regresso**

%		P36. Se decidisse regressar definitivamente a Portugal, habitaria a residência que foi construída de raiz?				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P37. Se regressasse a Portugal habitaria a residência construída de raiz porque:	1	93,9%	6,1%	0,0%	0,0%	100,0%
	2	77,6%	22,4%	0,0%	0,0%	100,0%
	3	77,6%	22,4%	0,0%	0,0%	100,0%
	4	73,8%	26,2%	0,0%	0,0%	100,0%
	5	13,5%	27,0%	0,0%	59,5%	100,0%
	6	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: (1) A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente; (2) A residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande; (3) No interior da residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (4) Na residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (5) Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica; (6) Outro; NS/NR – Não sabe/não responde.

definitivamente, são novamente: 'na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica' (82,8%) e 'a residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente' (76,5%). No estando, destaca-se o facto de 88,9% dos inquiridos afirmarem não saber ou não quererem responder a esta questão (Quadro 7).

Tratando-se dos emigrantes do sexo feminino a desempenharem a maior percentagem das tarefas domésticas, os motivos mais mencionados para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal prendem-se igualmente com: 'a residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente' (95,8%) e 'na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica' (92,3%).

Por último, destaca-se que quando a generalidade das inquiridas refere que a distribuição das tarefas domésticas não é equitativa porque 'um de nós tem

mais disponibilidade' (58,5%), os motivos que mais mencionam para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal em caso de regresso, está relacionado com a escolha das opções: 'na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica' (62,5%) e 'a residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande' (60,6%). Quando a distribuição das tarefas domésticas não é equitativa porque 'um dos nós tem mais jeito/gosto' (25%), o motivo que mais mencionam para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal é novamente "na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica" (62,5%).

Por outro lado, os dados obtidos com a correlação de Pearson permitem concluir igualmente que o facto dos emigrantes do sexo feminino viverem com companheiro/a ou cônjuge ( $r=0,101$ ), um dos membros do casal realizar mais de 60% das tarefas

**Quadro 6** | Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs. vive com o companheiro/a ou cônjuge

%		P39. Vive com companheiro(a) ou cônjuge?			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P37. Se regressasse a Portugal habitaria a residência construída de raiz porque:	1	68,7%	29,6%	1,7%	100,0%
	2	67,1%	32,9%	—	100,0%
	3	65,3%	33,7%	1,0%	100,0%
	4	69,0%	31,0%	—	100,0%
	5	70,3%	10,8%	18,9%	100,0%
	6	64,3%	35,7%	—	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: (1) A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente; (2) A residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande; (3) No interior da residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (4) Na residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (5) Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica; (6) Outro; NS/NR – Não sabe/não responde.

**Quadro 7** | Realização de mais de 60% das tarefas domésticas vs. motivos para habitar a residência construída de raiz em caso de regresso a Portugal

%		P40. Algum dos membros do casal realiza 60% das tarefas domésticas ou mais?			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P37. Se regressasse a Portugal habitaria a residência construída de raiz porque:	1	76,5%	19,8%	3,7%	100,0%
	2	64,7%	35,3%	—	100,0%
	3	72,3%	26,2%	1,5%	100,0%
	4	82,8%	17,2%	—	100,0%
	5	48,5%	30,3%	21,2%	100,0%
	6	88,9%	—	11,1%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: (1) A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente; (2) A residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande; (3) No interior da residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (4) Na residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (5) Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica; (6) Outro; NS/NR – Não sabe/não responde.

domésticas ( $r=0,111$ ), a maior percentagem das tarefas domésticas ser realizada pelas próprias, companheiro/a ou cônjuge (ou outra pessoa) ( $r=0,121$ ) e distribuição das tarefas não ser equitativa ( $r=0,176$ ), influenciam positivamente um conjunto de motivos para decidirem habitar e alugar quartos a turistas, na residência do concelho de origem. Neste âmbito, verifica-se que a generalidade das inquiridas que executa mais de 60% das tarefas domésticas (Quadro 8) sobretudo porque tem mais disponibilidade (29,9%) ou jeito/gosto (9,5%) (Quadro 9) apresenta como motivo principal para considerar habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem poder aumentar o seu rendimento, remunerar o trabalho doméstico e melhorar a sua posição na sociedade em geral (Quadros 8 e 9).

## 6. Conclusão

Este estudo partiu da premissa que o setor do turismo pode constituir-se como uma alavanca para o desenvolvimento das áreas mais carenciadas em Portugal, uma vez que, entre outros fatores, permite aumentar o emprego e o rendimento. Atendendo a argumentos apresentados por alguns académicos, nomeadamente ao facto de que os empregos gerados pela indústria turística são sazonais, mal remunerados e pouco qualificados, foi igualmente argumentado que a sazonalidade não é um fenómeno exclusivo do turismo e tem igual aplicação no contexto agrícola e industrial. Neste âmbito, a flexibilidade laboral é considerada como parte da solução para os problemas de emprego, económicos e, até sociais, na Europa, e uma vantagem para as

**Quadro 8** | Motivos para habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem vs. pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas

%	P41. A maior percentagem das tarefas é realizada				
	Por si	Pelo(a) seu companheiro(a)/Cônjuge	Por outra pessoa	NS/NR	
P37. Se regressasse a Portugal habitaria a residência construída de raiz porque:	1	92,3%	3,1%	—	4,6%
	2	87,9%	6,1%	3,0%	3,0%
	3	87,5%	8,3%	—	4,2%
	4	95,8%	4,2%	—	—
	5	60,9%	4,3%	4,3%	30,4%
	6	77,8%	11,1%	—	11,1%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: (1) A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente; (2) A residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande; (3) No interior da residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (4) Na residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (5) Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica; (6) Outro; NS/NR – Não sabe/não responde.

**Quadro 9** | Motivos para habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem vs. motivos para a distribuição das tarefas não ser equitativa

%	P42. Se um dos membros do casal realiza 60% das tarefas ou mais, porque razão a distribuição das tarefas não é equitativa?							NS/NR
	1	2	3	4	5	6		
P37. Se regressasse a Portugal habitaria a residência construída de raiz porque:	1	58,5%	21,5%	4,6%	3,1%	1,5%	3,1%	7,7%
	2	60,6%	21,2%	6,1%	3,0%	—	3,0%	6,1%
	3	56,3%	18,8%	8,3%	4,2%	6,3%	—	6,3%
	4	62,5%	25,0%	8,3%	4,2%	—	—	—
	5	39,1%	8,7%	4,3%	4,3%	8,7%	—	34,8%
	6	44,4%	11,1%	11,1%	—	—	11,1%	22,2%

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: P37: (1) A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente; (2) A residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande; (3) No interior da residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (4) Na residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço; (5) Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica; (6) Outro. P42: (1) Um de nós tem mais disponibilidade; (2) Um de nós tem mais jeito/gosto; (3) Um de nós não quer fazer mais; (4) É a divisão que sempre existiu; (5) Tentar alterar implica conflitos desnecessários; (6) Outra razão; NS/NR – Não sabe/não responde.

pequenas empresas, permitindo-lhes sobreviver e enfrentar a competitividade de grandes empresas.

Por outro lado, na generalidade dos países do sul da Europa, as mulheres registam as mais elevadas taxas de desemprego e os seus salários mensais situam-se entre os mais baixos, comparativamente com os países da Europa ocidental, mesmo as que possuem formação superior. Neste âmbito, o turismo apresenta-se como alternativa para a melhoria da inserção profissional da mão-de-obra feminina. Isto porque tem criado novas oportunidades para as mulheres, particularmente nos países em vias de desenvolvimento e áreas rurais. No entanto, numerosos estudos concluem que os homens e as mulheres não beneficiam de igual modo do desenvolvimento do turismo nas suas comunidades. Assim, defende-se que a organização familiar e as relações homem/mulher que existem na 'nova geração' de emigrantes portugueses, bem como as condições objetivas das suas residências construídas de raiz nos locais de origem, poderão contribuir para aumentar o estatuto, rendimento e direitos das mulheres no local de trabalho, como também melhorar a sua posição na sua própria residência e na sociedade em geral.

## Referências bibliográficas

- Baum, T., & Hagen, L. (1999). Responses to seasonality: The experiences of peripheral destinations. *International Journal of Tourism Research*, 1, 299-312.
- Bryden, J., & Bollman, R. (2000). Rural employment in industrialised countries. *Agricultural Economics*, 22(2), 185-97.
- Cepeda, F. (1988). *Emigração, regresso e desenvolvimento no Nordeste Interior Português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Chadeau, A. (1992). What is households non-market production worth?. *OECD Economic Studies*, 18, 85-103.
- Chant, S. (1996). Gender and tourism employment in Mexico and the Philippines. In M. Sinclair (Ed.), *Gender, work and tourism* (pp. 120-179). UK: Routledge.
- Clark, G., & Chabrel, M. (2007). Measuring integrated rural tourism. *Tourism Geographies*, 9(4), 371-386.
- Costa, C., Carvalho, I., Caçador, S., & Breda, Z. (2013a). Future higher education in tourism studies and the labour market: Gender perspectives on expectations and experiences. *Journal of Teaching in Travel and Tourism*, 12, 70-90.
- Costa, C., Carvalho, I., Caçador, S., Breda, Z., & Costa, R. (2013b). The influence of gender and education-related variables on career development: The case of Portuguese e Brazilian tourism graduates. *Journal of Teaching in Travel & Tourism*, 13, 14-169.
- Costa, H., Costa, C., Breda, Z., Caçador, S., Carvalho, I., & Vieira, R. (2013c). Women in Brazil with higher education in tourism: Preliminary results of the Gentour Project. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 19, 53-66.
- Diniz, F. (1999). *Desenvolvimento rural, que perspectivas?: O caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- Emslie, C., & Hunt, K. (2009). 'Live to Work' or 'Work to Live'?: A qualitative study of gender and work-life balance among men and women in mid-life. *Gender, Work and Organization*, 16(1), 151-172.
- Eurostat (2009). *Labour market statistics: 2008*. Luxembourg: European Commission.
- Fleischer, A., & Felsenstein, D. (2000). Support for rural tourism: Does it make a difference?. *Annals of Tourism Research*, 27(4), 1007-1024.
- Gonçalves, M. (2007). *Desenvolvimento em meio rural: Contributos da emigração e do regresso. Aplicação ao concelho de Boticas na Região Barrosã*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa.
- Hughes, D., & Shields, M. (2007). Revisiting tourism regional economic impact: Accounting for secondary household employment. *Review of Regional Studies*, 37(2), 186-206.
- Kay, D., James, Pratt, J., & Warner, M. (2007). Role of services in regional economy growth. *Growth and Change*, 38(3), 419-442.
- King, R. (1984). Population mobility: Emigration, return migration and internal migration. In A. Williams (Ed.), *Southern Europe transformed: Political and economic change in Greece, Italy, Portugal and Spain* (pp. 145-178). London: Harper & Row.
- King, R. (1986). Return migration and regional economic development. In R. King (Ed.), *Return migration and regional economic problems* (pp. 1-37). Australia: Croom Helm.
- Lai, P., Soltani, E., & Baum T. (2008). Distancing flexibility in the hotel industry: The role of employment agencies as labour suppliers. *The International Journal of Human Resource Management*, 19(1), 132-152.
- Leite, C. (1998). *Eva, depois do Paraíso: Modos de habitar e identidade no percurso migratório*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Lewis, J., & Plomien, A. (2009). Flexicurity' as a policy strategy: The implications for gender equality. *Economy and Society*, 38(3), 433-459.
- Long, V., & K., S. (1997). Gender and tourism development in Balinese villages. In T. Sinclair (Ed.), *Gender, work and tourism* (pp. 91-120). UK: Routledge.
- McNall, L. (2010). Flexible work arrangements, job satisfaction, and turnover intentions: The mediating role of work-to-Family enrichment. *The Journal of Psychology*, 144(1), 61-81.
- Meller, P., & Marfán, M. (1981). Small and large industry: Employment generation, linkages and key sectors. *Economic Development and Cultural Change*, 29(2), 263-274.
- Murphy, E. (1996). *Flexible work*. UK: The Home Office Partnership.
- Purcell, K. (1997). Women's employment in UK tourism: Gender roles and labour markets. In M. Sinclair (Ed.), *Gender, work and tourism* (pp. 35-60). UK: Routledge.

- Santos, R. (2013). *O regresso dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Scott, J. (1997). Chances and choices: We tourism in Northern Cyprus. In T. Sinclair (Ed.), *Gender, work and tourism* (pp. 60-91). UK: Routledge.
- Vanegas, M., & Croes, R. (2003). Growth, development and tourism in a small economy: Evidence from Aruba. *International Journal of Tourism Research*, 5, 315-330.
- Zeytinoglu, I., Cooke, G., & Mann, S. (2009). Flexibility: Whose choice is it anyway?. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, 64(4), 555-574.